

O PETRÓLEO EM DISPUTA: notas para um projeto sobre as práticas políticas de classes das frações burguesas no segundo Governo Lula.

PEDRO FELIPE NARCISO¹;
MARIA THEREZA ROSA RIBEIRO²

¹ Mestrando-bolsista do PPGS-Universidade Federal de Pelotas – pedro_felipenarciso@hotmail.com

² Professora-Orientadora do PPGS-Universidade Federal de Pelotas – tete@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O presente resumo propõe-se a apresentar algumas notas provisórias acerca do projeto de dissertação em processo de construção. A grande temática na qual se insere o referido projeto é a que envolve a relação entre Estado e classes sociais, localizando-se, portanto, na área de Sociologia Política em intersecção evidente com outras disciplinas, tais como a Ciência Política e a Economia.

O problema que especifica nosso interesse de pesquisa busca relacionar os conceitos de prática política de classe e de frações burguesas frente a um fenômeno. Tal fenômeno constitui o processo de discussão e aprovação das leis que instituíram um marco regulatório específico para a exploração petrolífera nos blocos de exploração que compreendem a área do Pré-sal. Tratam-se das leis de regime de partilha, que obrigava todos os consórcios de exploração a contarem com a participação mínima de 30% da Petrobrás; e de cessão onerosa, que autorizava a União a ceder – dispensada a licitação – determinadas áreas de exploração àquela empresa. No interior dos limites temporais que compreendem a conjuntura de aprovação das referidas leis, durante o segundo mandato do Governo Lula, o objeto da pesquisa constitui a prática política de classe das frações da burguesia interna e da burguesia associada frente aos diferentes modelos de exploração do petróleo. A problemática sobre esse objeto expressa-se por meio da pergunta: como as diferentes frações burguesas se comportaram perante o processo de discussão e aprovação das leis do petróleo naquela conjuntura?

A problemática referida tem como objetivo principal verificar o comportamento das frações burguesas frente aos diferentes modelos de exploração do petróleo no Brasil a partir do caso concreto envolvendo as leis de partilha e de cessão onerosa, as quais foram aprovadas no ano de 2010. A realização desse objetivo traz consigo outros dois objetivos parciais: a) identificar os setores que compõe as frações interna e associada; e b) compreender como os diferentes modelos de exploração do petróleo incidem sobre os interesses dessas frações da classe burguesa.

No interior da temática que relaciona as classes sociais e o Estado, nossa fonte teórica principal constitui os trabalhos de Nicos Poulantzas, principalmente as obras *Poder Político e Classes Sociais* (POULANTZAS, 1977) e *Classes Sociais no Capitalismo de Hoje* (POULANTZAS, 1975). Ainda no interior do que se poderia chamar de tradição poulantziana, pretende-se utilizar também os trabalhos do professor Armando Boito Jr, sobretudo o texto *Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder* (BOITO, 2012), na qual o autor utiliza-se do arcabouço conceitual

do teórico grego-francês no sentido de compreender criativamente os Governos Lula.

Sem pretender explicitar os fundamentos que justificam a escolha do referencial nestas poucas notas, pretende-se demonstrar a arquitetura teórica que articula os principais conceitos trabalhados, que são os conceitos de fração burguesa associada, fração burguesa interna e prática política de classe. Começando por expor esse último conceito, precisamos obrigatoriamente definir também o conceito de classe social, que se refere a um agrupamento humano especificado pela posição que ocupa na instância econômica de um modo de produção ou formação social, sendo que essa especificação na instância econômica traduz-se em efeitos pertinentes nas instâncias política e ideológica da formação social e/ou modo de produção referido. Por prática política então se entende toda a prática que tem por objeto de sua ação a conjuntura e por seu objetivo a influencia sobre as estruturas de poder do Estado (POULANTZAS, 1977).

O conceito de fração de classe se distingue por caracterizar grupos que pertencendo a uma classe constituem uma presença social autônoma no nível do político, não se desvinculando dos limites do interesse geral que especificam a classe. Diretamente inspirado pelas tipologias poulantzianas, Armando Boito Jr conclui que as conjunturas do Brasil do século XXI estão marcadas pelas disputas entre duas frações principais, a fração da burguesia associada que viu o processo de abertura econômica dos anos de 1990 como novas oportunidades de negócios em associação com o capital estrangeiro; e a burguesia interna, que se viu desprestigiada frente às privatizações no que tange a competição tanto no mercado interno como nos mercados regionais em que ela competia com o capital externo. Essa última fração, teria formado uma frente política com os movimentos operários e populares encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores no sentido de melhorar a sua posição no bloco no poder frente à burguesia associada, que durante os diferentes governos dos anos de 1990 aumentara largamente sua hegemonia. O projeto que unificou essa frente ficou conhecido como neodesenvolvimentismo, o qual perspectivava a associação dessa fração de classe com o Estado por meio de políticas específicas, tais como isenções fiscais, política de incentivo ao consumo interno, políticas de incentivo a produção local, aumento do crédito público via BNDES, diplomacia empresarial visando a abertura de mercados, entre outros. Grosso modo é assim que se estruturam teoricamente os três principais conceitos com os quais pretendemos partir.

2. METODOLOGIA

Até esse momento não foi possível fazer uma fundamentação epistêmico-metodológica sólida com condições de ser apresentada como definitiva. Nesse sentido apontamos para uma compreensão de que o conhecimento do concreto-real pressupõe uma sistematização teórica prévia que ofereça um arcabouço conceitual coerentemente amarrado em suas diversas instâncias. Esse arcabouço é construído progressivamente por meio de pressupostos reconhecidos como corretos, assim a dinamização desses pressupostos abstratos em direção ao concreto, ou seja, a adição progressiva de determinações no caminho do concreto-real podem exigir o descarte do pressuposto, sua reformulação, aperfeiçoamento ou confirmação. No caso do presente trabalho, propõe-se o caminho possível do abstrato ao concreto no sentido de verificar empiricamente a proposição teórica de que as frações interna e

associada divergem quanto à política econômica. Processo metodológico que é conhecido por dialética descendente nos termos de Marre (1991) ou método das aproximações sucessivas (BOITO, 2013).

Feita essa pequena advertência metodológica ainda parcamente fundamentada, busca-se apresentar alguns passos procedimentais. O primeiro desses passos procedimentais consistirá em distinguir os modelos jurídicos de exploração do petróleo mediante análise dos projetos de lei. O segundo procedimento será o de identificar os setores econômicos da fração interna e da fração associada mediante análise de bibliografia. O terceiro procedimento consistirá em identificar como cada um dos modelos se relaciona com os interesses econômicos objetivos dos setores das referidas frações, isto é: não necessariamente interesses expressos pelos agentes, mas interesses identificados pelo tipo de atividade econômica envolvida. O quarto envolve pesquisa documental compreendendo quatro focos: a) principais associações empresariais, b) manifestação dos membros dessas frações na grande imprensa, c) manifestações dos parlamentares no processo legislativo de aprovação das duas leis e d) manifestação da imprensa internacional, sobretudo dos países das petrolíferas que desistiram da exploração sob as condições dispostas pela referida legislação, EUA, Inglaterra e Holanda. Esses documentos estão disponíveis, em sua maioria, na internet: os primeiros nos boletins publicados pelas associações, os segundos e os últimos na imprensa em geral e os terceiros nos discursos transcritos e disponibilizados pela Câmara Federal.

Os três primeiros procedimentos correspondem à necessidade de organizar a relação entre a pauta estatal e as frações de classe, observando efetivamente as intenções que escapam ao discurso enunciado aberta e voluntariamente, ou seja, o âmbito da estrutura econômica. O quarto procedimento refere-se justamente ao discurso enunciado, ao modo como os interesses objetivos se apresentam pelos representantes das frações, ou seja, a sua prática política de classe. Esse quarto procedimento possibilitará também verificar evidências de coerência ou incoerência das frações em diferentes dimensões, a internacional, a econômico-corporativa interna e a política na cena política por meios dos partidos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estando o presente trabalho numa fase ainda de gestação, não é possível falar em resultados definitivos. De um modo geral, a partir da revisão bibliográfica, que por motivos de espaço e tempo não foi aqui apresentada, foi possível concluir justificadamente a partir de uma crítica às teorias das elites e à teoria pluralista que a temática da relação entre Estado e classes sociais foi abordada de modo mais sistemático pela tradição marxista. No interior dessa tradição, foi possível estabelecer também uma crítica à concepção instrumentalista do Estado em Ralph Miliband, bem como a concepção historicista de classe social em Thompson. Dessa maneira o principal resultado obtido foi o fato de encontrarmos uma teoria sistemática com conceitos precisamente definidos possibilitando a construção de uma problemática clara e delimitada, referimo-nos aqui a teoria poulantizana.

4. CONCLUSÕES

No sentido de buscar uma primeira conclusão dessa etapa de pesquisa, verifica-se que esse modelo teórico de análise vem sendo utilizado como lente para

o entendimento de diferentes “áreas temáticas” da contemporaneidade brasileira, tais como a política de financiamento do BNDES (BUGIATO, 2016), o posicionamento dos bancos frente aos Governos Lula (DIAS, 2012), a política externa nos governos FHC e Lula (ASSUMPÇÃO, 2014), as reformas neoliberais nos anos de 1990 (SOUZA, 2012) e os diferentes processos de crise política na história recente do Brasil (MARTUSCELLI, 2012). Trata-se, portanto, de um trabalho que vem sendo desenvolvido por diferentes pesquisadores no sentido de compreender as lutas políticas entre classes e frações de classes no Brasil contemporâneo, sendo assim nosso trabalho busca contribuir com esse esforço coletivo. A aplicação desse instrumental teórico a um novo elemento da formação social brasileira tem o potencial de buscar verificar empiricamente os limites daquele referencial no que tange a compreensão da referida formação social, verificando se no âmbito da exploração petrolífera a relação das frações burguesas frente ao Estado se reproduzem ou são alteradas por especificidades a serem ainda observadas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUMPÇÃO, T.B. **Bloco no poder e política externa nos governos FHC e LULA**, 2014. Tese de doutorado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNICAMP.

BOITO, A. Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO, A; GALVÃO, A (Org.) **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**, São Paulo: Alameda, 2012.

BOITO, A. Indicações para o estudo do marxismo de Althusser. **Novos Temas**, nº 9, segundo semestre de 2013. São Paulo, Edição do Instituto Caio Prado Jr., pp. 153-182.

BUGIATO, C.M. **A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira**. 2016. Tese de doutorado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNICAMP.

DIAS, R.P. **Organização e posicionamento político dos bancos no governo Lula**, 2012. Dissertação de mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNICAMP.

MARRE, J.A construção do objeto científico na investigação empírica. Curso ministrado no Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná, Cascavel, 1991.

MARTUSCELLI, D.E. **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**, 2013. Tese de doutorado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNICAMP.

POULANTZAS, N. **As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SOUZA, L.M.T.A. A implantação das reformas neoliberais no Brasil na década de 1990: a produção das revistas “Economia e Sociedade” e “Dados” em debate, 2012. Dissertação de mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNICAMP.